

O INDIVIDUAL E O COLETIVO NOS ASSENTAMENTOS: ENTRE O IDEAL E O REAL

Marluse Castro Maciel¹

Resumo: Este texto refere-se às pesquisas realizadas durante o mestrado (UNESP) e doutorado (USP) nos assentamentos Bela Vista em Araraquara-SP e Primavera e Tupaciretã no Pontal do Paranapanema. Pretende-se com esta discussão entender os mecanismos de produção dos assentados como forma de permanência na terra e sua opção pelo trabalho individual, que em alguns momentos aparece como estratégia para se integrar ao mercado da agricultura modernizada. Entende-se que o fato de produzirem individualmente não faz deles "individualistas", mas sim revela estratégias para comercializarem seus produtos e suas dificuldades de produzir coletivamente, seja por causa de experiências fracassadas das cooperativas, seja pela sua herança rural que os leva a almejar a categoria de proprietário rural. Elementos da economia moral demonstram que esses assentados criam novos laços de sociabilidade e conseqüentemente um mecanismo de permanência na terra.

Palavras-Chave: Assentamentos; Modo de Vida; Individual, Coletivo e Produção.

Abstract: This text mentions the researches accomplished throughout the masters at UNESP – Universidade Estadual Paulista and doctoral at USP – Universidade de São Paulo in the settlements Bela Vista in Araraquara town, State of São Paulo, and Primavera and Tupaciretã in Pontal do Paranapanema region. Under this debate the purpose is to understand the production methods applied by settled people as an advantage of permanence in the land and their choice to work independently, that in certain occasions appears as a strategy to incorporate their work into modern agriculture market. It is noticed that the fact they produce by their own does not make them "individualistic", but it

¹Doutora em sociologia pela USP, ex-pesquisadora do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) da UNESP de Araraquara/SP. Professora da UNIFEBE - Brusque/SC e UNIASSELVI - Blumenau/SC.

discloses strategies to commercialize their products as well as shows their difficulties to produce collectively, either due to failed experiences of the cooperatives or because their rural inheritance that drives them wishing to become a farm owner. Elements from the moral economy revealed the aspect that those settled create new social ties and consequently a mechanism of permanence in the land.

Keywords: *Settlements; Lifestyle; Individual, Collective and Production.*

Introdução

Quando pesquisadores da área rural dizem que estudam assentamentos, as pessoas logo perguntam: você estuda o MST? Ao contrário da idéia preestabelecida pelo senso comum, os assentamentos nem sempre são organizado pelo MST, embora este seja o maior movimento de luta pela terra no país, estando constantemente na mídia. Sindicatos de trabalhadores rurais, a CPT² e uma gama de outros movimentos sociais dissidentes ou não do MST organizam a luta pela terra em várias regiões do país. Ao estabelecermos uma idéia pré-definida de que os assentamentos sempre possuem relação com o MST, imagina-se que a organização da produção no interior do assentamento seja coletiva e que as cooperativas se sustentam por longos períodos.

Com relação à mais dinâmica delas, o Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST), é comum uma superestimação de sua incidência eficaz no âmbito dos assentamentos, sobretudo em função da sua importante contribuição no encaminhamento político da luta pela terra redundando, mais cedo ou mais tarde, na conquista de assentamentos. (FERRANTE, BARONE, MACIEL, 2008).

Porém durante as pesquisas realizadas em diferentes assentamentos no interior do estado de São Paulo, durante o mestrado (UNESP) e o doutorado (USP): Bela Vista no município de Araraquara e Tupanciretã e Primavera no município de Presidente Venceslau no Pontal do Paranapanema região de grande concentração de assentamentos, constatei que a realidade desses assentamentos compõe diferentes maneiras de organizar a produção

²Quando realizei minha pesquisa de mestrado, percebi que havia, por parte dos pentecostais, uma maior disposição para produzir individualmente, assim como detectou também, Jadir de Moraes Pessoa. Os católicos, principalmente os ligados a CPT, adeptos da teologia da libertação, possuem uma maior disposição para o coletivo.

e grande variedade de movimentos sociais que ocupam a terra.

É muito importante estabelecer relações da organização dos assentamentos com a ocupação, pois nas observações feitas durante a pesquisa, a maneira como o movimento convoca seus membros, se envolve com a organização do acampamento é que determina como os trabalhadores irão se organizar depois de constituídos os assentamentos.

Vale ressaltar que dos assentamentos estudados anteriormente, apenas um foi ocupado parcialmente pelo MST. Em Araraquara o processo de ocupação foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Já em Presidente Venceslau a ABUQT (Associação Brasileiros Unidos Querendo Terras), organizou a ocupação do assentamento Tupanciretã e dividiu a ocupação do Primavera com o MST.

Geralmente localizados em regiões altamente capitalizadas pelo agronegócio, a necessidade de se integrar ao mercado para a sobrevivência também interfere na organização produtiva do assentamento como estratégia de permanência na terra.

A capacidade organizativa, tanto política, quanto econômica dos assentados acontece de maneira variada e muitas vezes controversa, ligada à busca da permanência na terra.

Desacreditados das organizações cooperativistas, seja por conflitos com o grupo ou pelos endividamentos gerados, muitas vezes os assentados optam pela produção individual e lançam mão da reciprocidade dos padrões de vizinhança e estratégias de organização familiar.

A reciprocidade "horizontal", preconizada como regra pelos códigos morais do trabalhador rural (BARONE, 1996; BARONE, 2000), construiu uma rede de relações que tem contribuído em muito para a permanência dessas famílias na terra.

Na maioria das vezes a organização das cooperativas dá lugar à produção individual e as articulações dos laços familiares e de vizinhança se apresentam como opção dos assentados. Veremos neste texto como está posta a questão do individual e do coletivo no interior dos assentamentos.

Modos de Vida: a Diversidade das Trajetórias dos Assentados

Ao realizar pesquisas em assentamentos nos deparamos com diferentes histórias de vida: ex-trabalhadores rurais, ex-meeiros, ex-arrendatários, trabalhadores urbanos filhos e netos dos *caipiras nômades*³, que demonstram em sua prática cotidiana uma

³Conceito estabelecido por Antonio Cândido em seu livro *Parceiros do Rio Bonito* (CANDIDO, 2003).

pluralidade de vivências, apresentando-nos questões que transcendem ao aspecto econômico das análises. Essas diferentes características constituem padrões identitários responsáveis pela forma como os assentados irão se organizar em torno da produção e dos projetos estatais de apoio à reforma agrária. Diante desta questão, pretendo discutir a opção dos assentados pela produção individual, diferentemente da proposta de organização coletiva idealizada pelos movimentos sociais e assessores intelectuais.

Para aprofundar tal discussão, foram analisados textos de vários autores que pesquisam assentamentos rurais, como José de Souza Martins (2004), que estudou cinco assentamentos, sendo um em cada região do país; Geraldo Poker (1994), que estudou o assentamento Sumaré em São Paulo; Maria Conceição D'Incao e Gerárd Roy (1995), que pesquisaram assentamentos de São Paulo; Vera L. S. Botta Ferrante (2002 e 2007), que escreve a respeito do Assentamento Bela Vista; Jadir de Moraes Pessoa (1999), a respeito de assentamentos em Goiás; Luiz Carlos Mior (2005), que pesquisou assentamentos do oeste de Santa Catarina; e Ricardo Abramovay (1998), que firma o conceito de agricultor familiar.

Antes de partirmos para análise da organização coletiva e individual no assentamento, veremos que ao assumirem a condição de assentados, passam a constituir um novo modo de vida, formado a partir da diversidade das histórias de vida, das relações de parentesco, vizinhança e poder que se estabelecem e da diversidade cultural de que são portadores. Este novo modo de vida está pautado nos ideais de solidariedade e de ajuda mútua que os motivam.

Compreendo modo de vida como espaço de articulação e práticas, valores e tradições, construções de novos laços sociais de mecanismos de decisão política. Nossa pesquisa tem mostrado o assentamento como espaço de integração social, no qual ganham destaque os grupos familiares e suas estratégias de produção/reprodução, mas igualmente tem sido detectada a presença de elementos desagregadores nas relações de poder, nas disputar internas, na violência de gênero, que perpassa a relação homens/mulheres, fenômenos recorrentes em qualquer grupo social (MACIEL, 1999, p.125).

O modo de vida proporciona para nossas análises um novo campo social que é o assentamento, composto por sujeitos que ora estão em posição de subalternidade e parecem submergir em um sistema de controle e poderes, ora estão prontamente dispostos e organizados para desenvolver estratégias referentes à viabilidade da agricultura familiar. Nesse sentido, considero o assentado um sujeito social histórico

dotado de acumulação de lutas passadas que devem ser levadas em consideração. No caso dos assentamentos estudados, podem revelar também uma herança rural.

Para melhor compreender o assentamento como espaço social, remeto-me aos estudos de Ferrante, que o compreende como "espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa". (FERRANTE, BARONE, 2002, p.03).

Podemos afirmar que o assentamento configura-se como espaço social, onde diferentes formas organizativas são recriadas, ou seja, da-se a reinvenção do rural. Assim, como afirma José de Souza Martins (2004), o morar no sítio é mais do que habitar, é estabelecer um modo de vida proporcionador de maior integração com a natureza, associado a um maior enraizamento e junção entre trabalho e moradia. Esta análise nos remete também ao que Abramovay (1998) fala a respeito do modo de vida do assentado, que, embora novo, traz em suas histórias de vida características dos camponeses tradicionais: todo espaço rural é chamado de sítio; reproduzem-se padrões de vizinhança; e os assentamentos que possuem agrovilas remontam às antigas "colônias" rurais.

Embora existam inúmeras discussões a respeito da configuração dos assentamentos como espaço semelhantes ao urbano, observa-se que estes se configuram como espaços tipicamente rural, descartando a idéia de rururbano⁴, que enfatiza o rural não agrícola como estratégia de desenvolvimento. José Graziano da Silva (1999) analisa o espaço do assentamento como extensão do urbano e defende atividades econômicas, que são consideradas por muitos como "não rural". Cada vez mais os assentamentos se firmam como espaços sociais rurais, principalmente os que em sua maioria são formados por pessoas que possuem origem rural.

Mesmo levando em consideração a diversidade das histórias de vida, e da sociabilidade dos assentados, o principal debate acerca dos assentamentos está pautado na viabilidade econômica, cujo foco é a produção individual e a produção coletiva. Não podemos esquecer que muitas vezes a viabilidade econômica está vinculada à fertilidade da terra, à relação da produção com a comercialização e à cadeia produtiva local.

Os assentamentos pesquisados no município de Araraquara e no Pontal do Paranapanema encontram em regiões altamente capitalizadas pelo agronegócio, onde os projetos de reforma agrária são implantados por se tratar também de regiões

⁴Principalmente os estudos de José Graziano que o chama de Novo Rural. (GRAZIANO da SILVA, Campinas, 1999).

onde há maior concentração de latifúndios improdutivos ou terras devolutas.

Por este motivo, os assentados, ora tentam se inserir no mercado como produtores de matéria prima para o agronegócio, como é o caso da cana e do leite, ora procuram se inserir nas cadeias produtivas, com padrões muitas vezes associados aos produtos locais artesanais, orgânicos/agroecológicos. Ambas as estratégias de produção e comercialização, na maioria das vezes individualizadas, têm por objetivo manterem-nos como agricultores familiares. José de Souza Martins, afirma que a entrada da monocultura nos assentamentos pode remeter à idéia de individualismo, mas na verdade é uma tentativa de integração com a modernização. Sua defesa é de que a reforma agrária só é viável se integrarem o novo modo de vida ao próprio do mundo moderno. Martins afirma que:

O assentado é um sujeito orientado para o moderno, voltado para o mercado e para modernização. Sua luta é mais uma luta pela inserção na economia moderna e globalizada e nos seus benefícios econômicos e sociais, do que para refluir ao modo de subsistência. (MARTINS, 2003, p.231).

Há por parte dos assentados uma tentativa de integração ao mercado modernizado, mas nem sempre possuem apoio por parte dos órgãos estatais para que esta ocorra. Diante da dificuldade de comercialização dos produtos, integrar o mercado agrícola local, fornecendo matéria prima, torna-se uma alternativa para sua manutenção no assentamento.

Esta integração apontada por Martins é ilusória, pois geralmente os assentados comercializam seus produtos com as grandes agroindústrias com preço abaixo do de mercado, que gera exploração. Este tipo de comercialização está muito mais ligado à necessidade de permanecerem na terra do que à integração ao mercado modernizado propriamente dito.

Para Martins, existe nos assentamentos o que ele chama de *sujeito oculto*, "aquele que possui a prática cotidiana vivencial longe das teorias e das ideologias." (MARTINS, 2003, p.10). É um sujeito real, obrigado a viver a duplicidade de orientações, ora estabelecida pelos órgãos estatais, responsáveis pela reforma agrária, que incentivam a produção tradicional de milho, algodão, feijão, hortaliças e nem sempre conseguem ser comercializados, ora estabelecida pelo agronegócio que propõe a produção que rapidamente será comercializada de maneira precária.

É esse sujeito vivencial a complicada personagem deste livro. Complicada porque sociologicamente ambígua, marcada pela

indefinição situacional própria de uma inserção social duplamente orientada, dividida entre a de trabalhador e a de proprietário de terra, entre subsistir e lucrar. Essa ambigüidade carrega referenciais de classe social contrapostos e leva, não raro, a uma problemática prática bifronte, de dupla orientação. (MARTINS, 2003, p. 12).

Esta contradição muitas vezes aparece em seus discursos, ao mesmo tempo em que afirmam ser importantes os projetos coletivos, mas produzem individualmente. Ao mesmo tempo em que defendem agriculturas alternativas, produzem leite para as grandes agroindústrias.

Essa característica do sujeito da reforma agrária não faz dele, segundo Martins, um sem-terra, mas, sim, um sujeito impersonificável, ou seja, o fato de pertencerem a um mesmo projeto não os faz possuir uma identidade coletiva, pois os discursos se modificam de acordo com os problemas. Esse sujeito social é invisível aos olhos dos militantes.

Há uma busca, mesmo que inconsciente, por parte dos assentados pela construção de uma identidade coletiva pautada nas bases da herança rural destes trabalhadores, que vivenciaram experiências como rentistas, pequenos proprietários rurais ou trabalhadores rurais.

Quanto à invisibilidade aos olhos dos movimentos, vale ressaltar que os próprios assentados também os abandonam por não concordar com algumas de suas atitudes durante o processo de ocupação, como por exemplo, a destruição da fazenda, bem como a imposição pela organização da produção coletiva.

Para Martins:

O caso de Araraquara denota um grande preconceito do grupo mais identificado com a reforma agrária em relação ao grupo com menos estruturas. Grupo que, com mais facilidade, aderiu à tentação de arrendar as terras obtidas para os plantadores de cana-de-açúcar, uma negação prática da própria reforma agrária que o beneficiou. (MARTINS, 2003, p.33).

Tendo pesquisado este assentamento durante o mestrado, os dados mostram, que neste caso não é uma questão de preconceito, mas de ideologia em favor da reforma agrária, frente à necessidade de ter retorno financeiro rápido para resolver problemas de financiamentos relacionados a projetos de reforma agrária, como é o caso do PRONAF, PROCERA, etc.. Alguns deles, sem capacidade empreendedora, compram, num primeiro momento, carro, cavalo, arrumam a casa com esses recursos,

e acabam não investindo o suficiente na produção.

Não se trata neste caso de uma cultura parasitária, como afirma Martins, mas sim de um estabelecimento de prioridades que vão para além da questão da produção, demonstrando outras facetas da sociabilidade e das necessidades dos assentados.

Por estarem em regiões altamente capitalizadas são assediados pelas empresas para aderirem ao agronegócio do gado, da cana, colocando-os em condições de pseudoassalariados. Arrendar é uma resposta às dificuldades. Incentivados pelos mediadores a se envolverem em projetos coletivos, ou até mesmo em solicitar crédito para viabilizar a produção, ficam com as dívidas a serem pagas. Buscam a resolução dos problemas no próprio meio rural.

Martins afirma que é comum ver, nos assentamentos estudados, proprietários de lotes em condições de arrendatários, só que desta vez eles arrendam suas terras para grandes empresas do agronegócio.

Os cinco estudos de caso reúnem evidências de que o sujeito da reforma agrária, além de ser o produto residual dessas desagregações e transformações, é também um sujeito social peculiar, bem diferente do sujeito de contrato, individualizado, que pode pactuar com o Incra seu ingresso num programa de assentamento. É bem diferente também do sujeito supostamente coletivo que a categoria de sem-terra faz supor, a partir da experiência dos acampamentos e da ideologia coletivista de alguns assentamentos controlados pelo MST. (MARTINS, 2003, p.54).

Hoje, é cada vez menor o controle que o MST possui em relação a quem entra no movimento, mesmo porque é comum o próprio movimento abandonar os trabalhadores após tornarem-se assentados. A tentativa de integrar a produção ao mercado do agronegócio e a falta de apoio por parte dos movimentos sociais após a constituição do assentamento são os primeiros fatores que levam o assentado a produzir individualmente.

A produção individual praticada pelos assentados muitas vezes é vista pelos movimentos sociais, e demais mediadores, como individualismo, egoísmo, falta de solidariedade, uma visão externa que não leva em consideração os problemas reais vividos pelos assentados, o que Poker chama de intolerância ao individualismo.

Segundo o autor, há enganos em relação às análises a respeito da rejeição ao trabalho coletivo por parte dos assentados, pois o fato de produzirem individualmente não os torna individualistas. A princípio, a opção pela produção individual é evidente, mas não aparece como convicção, ao contrário: os discursos revelam maior rejeição

ao individualismo, uma contradição se relacionarmos discurso (de uma maneira geral relatam a importância de trabalharem coletivamente sempre enfatizando a falta de união entre eles) e prática (produção individualizada). Há, sim, por parte dos assentados, muita dificuldade em lidar com as diferentes capacidades produtivas, uns produzem mais, outros menos, fazendo-os não acreditar no coletivo.

É incomum encontrar no assentamento pessoas que fazem opções claras pelo individualismo, com exceção da experiência vivida por D'Incao e Roy, que detectaram nos assentamentos estudados por eles o chamado *grupo dos individuais*. "Havia no local pesquisado, uma tensão (ou conflito) entre os interesses pessoais dos trabalhadores e os ideais associativistas das lideranças". (ROY, D'INCAO, 1995, p.77).

Ao mesmo tempo, a realidade da pesquisa tem nos mostrado a baixa adesão aos projetos coletivos, muitos deles fadados ao fracasso, e uma opção maciça pelo individualismo. O trabalho coletivo é abandonado por inúmeros motivos: problemas pessoais, desejo de regular seu próprio horário de trabalho, dificuldade em dividir os lucros da produção, experiências fracassadas, falta de confiança nos líderes, abandono dos órgãos governamentais (e demais mediadores), etc.

Ao fazermos a abordagem a respeito da produção individual versus produção coletiva, corremos o risco de deixar de lado organizações coletivas cujos objetivos são outros que não a produção, como por exemplo: as festas *sagradas e profanas*, a construção de igrejas, a luta pelo direito à escola, atendimento médico, etc., tendo no mutirão (embora esporádico) a atividade coletiva mais utilizada nos assentamentos. No livro *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido (2003) diz que, na sociedade caipira, a manifestação mais importante é o mutirão. Ajuda a solucionar o problema da mão-de-obra nos grupos de vizinhança, por causa da dificuldade de remuneração.

No caso dos assentamentos, os mutirões geralmente acontecem quando estão organizando festas, principalmente as religiosas, ou construindo uma igreja. Isso demonstra que o assentado não é essencialmente um sujeito individual que despreza o coletivo, mas, sim, que não se sente contemplado na organização de grupos para produção e comercialização coletiva, como é o caso das cooperativas.

O exemplo da doação de produtos e prendas para as festas religiosas, independentemente das religiões (católicos doam para protestantes e vice-versa, mesmo sem participarem da festa), revela que a sociabilidade, na maioria das vezes, está ligada ao lúdico, às rezas, aos encontros religiosos. O mutirão não é obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, é um gesto piedoso, um gesto de amizade, uma obrigação moral. Estes elementos das diferentes formas de sociabilidade dos assentados criam no entorno dos grupos uma espécie de código de conduta que leva à economia moral, a ser discutida posteriormente.

O fato de a discussão a respeito do individual e do coletivo estar pautada na

questão econômica, faz sentido se considerarmos que os projetos de assentamentos têm por objetivo a geração de renda por meio da viabilidade da produção. No entanto, movimentos sociais, assessores pesquisadores, órgãos estatais, focam sua atuação na viabilidade dos projetos coletivos como forma de garantir sucesso na produção e comercialização. Há, neste sentido, o estabelecimento de um conflito entre os que chamamos de mediadores e os assentados, que por terem vivenciado experiências de trabalhos coletivos fracassados resistem às propostas externas.

Experiências Coletivas: a Convicção dos Mediadores

Diante deste cenário, são inúmeras as discussões a respeito da produção individualizada e coletivizada nos assentamentos rurais de reforma agrária. Idealizada pelos mediadores representados por órgãos governamentais, intelectuais e movimentos sociais, a produção coletiva é defendida como tábua de salvação para os problemas do assentamento. Longe desta idealização, encontramos na maioria dos assentamentos a produção individual baseada no trabalho familiar. Por se tratar de projetos de reforma agrária, alguns órgãos do governo e os próprios movimentos sociais, na maioria das vezes, fomentam a formação de cooperativas e associações, cujo objetivo é a obtenção de êxito na produção e comercialização.

Na tentativa de torná-los sujeitos participativos do processo, projetos coletivos são propostos (ou até mesmo impostos) pelos mediadores, que assumem a tarefa de convencê-los. Nesse sentido, os projetos coletivos e os ideais coletivistas, de uma maneira geral, vêm de fora para dentro, numa relação vertical entre as lideranças/mediadores (técnicos do governo, líderes dos movimentos sociais, assessores, etc.) e os assentados.

Embora existam vários tipos de mediadores, cada qual tem seu papel e sua convicção a respeito do coletivismo, representados por três tipos de mediação: (1) a dos órgãos governamentais (INCRA e ITESP), (2) movimentos sociais e (3) assessorias prestadas por pesquisadores/intelectuais, geralmente vinculados a alguma universidade.

A preocupação dos mediadores do Estado é com a viabilidade econômica e com a sustentação de projetos implantados pelos órgãos governamentais, o que muitas vezes se restringe simplesmente à concessão de implementos agrícolas, como doação de tratores, tanques de resfriamento de leite. Reivindicações como escola, transporte, médicos nos locais, projetos culturais, esporte e lazer ficam em segundo plano.

O Estado, representado pelo INCRA, ou no caso de São Paulo, pelo ITESP, ao mesmo tempo incentiva a formação da cooperativa ou associação para fornecimento de equipamentos, enquanto em relação aos projetos de produção incentivam a agricultura familiar individualizada. Atualmente, no Brasil, vêm-se os órgãos estatais

como gestores da implantação dos projetos de Reforma Agrária e fornecedor de mecanismos e financiamentos que proporcionem o desenvolvimento da família no campo. Portanto, a idéia de que hoje existe um camponês brasileiro foi substituída, na década de 90, pela categoria *produtor familiar* (conceituada por Abramovay) quando se inicia o *boom* de ocupações e distribuições de terras, reivindicações acerca da distribuição de terras, e conseqüentemente, a implantação de projetos de reforma agrária.

Os assentados queixam-se da ausência e da ineficiência dos técnicos dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, que segundo eles, aparecem apenas no momento em que os movimentos sociais pressionam para que haja resolução de alguns problemas como a concessão de terras para assentamentos, a implantação de projetos, financiamento de equipamentos, etc.. Segundo Poker:

essa característica do Estado em agir a reboque dos movimentos sociais, em intervir emergencialmente apenas depois de receber as pressões, talvez expresse bem a quase generalidade dos tipos de projetos de assentamentos efetivados no Brasil até hoje. (POKER, 1994, p.64).

Na maioria das vezes, os mediadores e principalmente os movimentos sociais que organizam e acompanham o grupo durante o processo de ocupação, abandonam os assentados no período em que iniciam o processo de produção, tornando este um dos motivos de desmobilização dos grupos. Em alguns casos, isso acontece porque não possuem estrutura e nem lideranças para acompanhar o processo. O objetivo final da luta pela terra parece ser a própria terra, uma necessidade imediata, sem perspectiva de reforma agrária como projeto nacional e meio para se chegar ao socialismo, assim como pensam os movimentos sociais.

Diante dessa realidade, assim como afirmam D'Incao e Roy (1995), alguns grupos se formam em torno de questões específicas, como, por exemplo, a concessão de um trator, de um tanque de resfriamento de leite, enfim, de diferentes equipamentos.

O fato de esses implementos serem cedidos pelos órgãos governamentais a associações e cooperativas, leva os assentados a se organizarem coletivamente em função do recebimento de um equipamento, por exemplo, sem passar por um processo de formação e constituição do coletivo, um dos motivos pelos quais não há consolidação do grupo.

Os movimentos de uma maneira geral, principalmente o MST, são orientados pela corrente marxista e vêem nos assentamentos coletivistas embriões do socialismo e mecanismos de controle do movimento, onde conscientizar significa

muitas vezes persuadir.

Na visão deste movimento, a aquisição do lote individual de assentamento está ligada a idéia de propriedade privada, motivando-os a vender suas terras diante da dificuldades de produzir.

É comum vermos o coletivismo funcionar melhor durante o período do acampamento do que do assentamento, pois os movimentos sociais estão mais próximos. Deveria ser mais *natural* a via coletiva, mas a trajetória de isolamento e rompimento, muitas vezes marcada pelo preconceito e processo de criminalização dos movimentos, leva os assentados à individualização. Talvez o processo de educação e formação do MST durante o período do acampamento não tenha sido o suficiente para incorporarem a idéia dos riscos da produção individual e da viabilidade do trabalho coletivo. Com isso, o elo entre eles durante o processo de ocupação desaparece depois que se tornam assentados. Pessoa comenta que:

O agricultor passou por etapas, como o período de acampamento, de emulação intensa, em que pôde vivenciar concretamente experiências de divisão igualitária de tarefas, algumas até então muito pouco costumeiras, como homens cozinhando. Sob a extrema precariedade e transitoriedade de uma barraca de plástico preto, integrou um grupo com alto poder de organização, mas também com um rígido controle moral. (PESSOA, 1999, p.234).

A maneira como se organizaram dentro do acampamento varia de acordo com o movimento. No caso dos assentamentos pesquisados, a organização coletiva permitia inclusive a resolução de problemas individuais. As famílias ficavam durante o fim de semana no acampamento e durante a semana voltavam para a cidade para trabalhar, estabelecendo uma espécie de revezamento. Esses tipos de acampamentos, embora expressem ideais de solidariedade, companheirismo e parentesco, não garantem um vínculo coletivo que possa ser levado ao assentamento. Há abandono por parte dos mediadores dos movimentos sociais já nos primeiros anos, período em que ficaram nos lotes provisórios para que o ITESP avaliasse a capacidade de produção das famílias.

Ao constituírem o assentamento, os movimentos geralmente tentam organizar cooperativas e/ou associações como alternativas para produzir e comercializar. No entanto, esses projetos não se sustentam e os impulsos individualistas surgem logo após a conquista pela terra.

Para Pessoa (1999), a passagem do acampamento para os assentamentos produz um processo de desencantamento do mundo, em que se sai do mundo da utopia

para o mundo do mercado e da produção. Os movimentos sociais não estão preocupados com essa passagem, pois incorporam no cotidiano o mundo da utopia e da luta, por isso continuam insistindo no trabalho coletivo, sem se preocupar com sua viabilidade ou formação dos assentados para tal tipo de atividade. Além disso, no momento da ocupação, as diferenças são negadas e depois ressurgem no processo de organização e produção do assentamento.

O autor entende que as identidades desenvolvidas pelas mesmas pessoas como acampados e assentados são muito contraditórias e devem ser pensadas nas expressões de unidade e diversidade. Pessoa (1999, p.246) diz que "no momento em que se é demandante da terra (no acampamento), estrutura-se um espaço de iguais. Aí as trajetórias distintas dos indivíduos não podem ser determinantes." No assentamento, "percebe-se claramente que as dissensões e divisões internas existentes nos assentamentos provam que o anseio pela terra, compartilhado pelos demandantes da terra, não sustenta, em si mesmo, um espaço de iguais".

Outro motivo pelo qual isso acontece é que o movimento não tem estrutura e nem lideranças para acompanhar o processo, e o objetivo final parece parar na conquista da terra. Algumas lideranças residem no assentamento, mas como assumem posição de direção, são ausentes por estarem envolvidos nas atividades de coordenação do movimento fora do assentamento.

Sem a ajuda dos movimentos sociais no seu interior, a presença dos mediadores assessores e/ou pesquisadores nos projetos de assentamentos, pode contribuir para o debate da organização coletiva. D'Incao e Roy (1995) vivenciaram a experiência de mediadores durante uma pesquisa participante e defendem projetos coletivos como modelos viáveis, e afirmam que os mediadores podem ajudar a convencer os assentados desta viabilidade.

Poker (1994) tem visão discordante da de D' Incao e Roy. Escreve que os intelectuais, muitas vezes mediadores do processo de ocupação, consideram alienados os assentados que não optam pelo coletivo, o que não necessariamente é o caso dos autores mediadores aqui citados.

Para ele, a preferência pela coletivização representa a necessidade de um desempenho satisfatório do intelectual orgânico, assim como conceitua Gramsci, pois é um meio de levar a massa a superar os limites do senso comum que lhe estava imposto. Se transportarmos a teoria para os dias de hoje, ela se encaixa na idéia de mediador. Afirma:

O intelectual conseguiu a façanha de capitalizar a experiência comunitária vivida por necessidade durante o processo de luta pela terra - uma solidariedade mecânica - para construir sobre essa

base as relações de solidariedade orgânica, onde o nexos social não se basearia mais na união como imposição de fatores objetivos recorrentes de uma situação imediata, mas, sim, numa relação de interdependência mútua calcada nas vontades subjetivas (consciência) e numa eficiente divisão técnica do trabalho, estabelecida pela gestão coletiva da terra e do trabalho no assentamento. (POKER, 1994, p. 86-87).

Ou seja, o trabalho do mediador intelectual, cujo objetivo é a intervenção na sociedade, está ligado à idéia de que o trabalho intelectual só será bem sucedido se apresentar um resultado prático entre os agentes pesquisados.

Poker também comenta a respeito de como os intelectuais veem o coletivismo e o individualismo:

O coletivismo se auto-apresenta como resultante de um pensamento racional e lógico, produto da comparação de vantagens e desvantagens que pode ter em relação à antítese, o individualismo. Coletivismo é teoricamente elaborado, o individualismo pertence ao domínio do senso comum. (POKER, 1994, p. 387).

Muitas vezes esses mediadores, não levam em consideração as histórias de fracasso relacionadas ao trabalho coletivizado e por isso consideram o trabalho individual como ação alienada.

A maneira de pensar o desenvolvimento de projetos coletivos em longo prazo, de maneira planejada, sustentar-se-ia se houvesse acompanhamento por parte dos diferentes mediadores, desde a ocupação até a consolidação do assentamento, acompanhado por mecanismos que garantam algum tipo de segurança em caso de perda da produção, o que é comum na agricultura. A orientação para gestão da produção, da comercialização e dos recursos financeiros também se faz necessária, pois muitas vezes esta é uma das principais causas de falência das cooperativas.

Situações de ausência das lideranças, desconfiança e projetos fracassados geram uma série de conflitos internos nos grupos, que contribuem para a opção pelo trabalho individualizado, pois, assim como afirmam D'Incao e Roy, estar longe do grupo é estar longe dos conflitos.

As experiências coletivas esbarram nas tentativas fracassadas de obterem recursos financeiros por meio de financiamentos, que diante das dificuldades de pagamento, transformam-se em dívidas para os assentados. Muitos deles precisam vender a terra, ou até mesmo produzir para grandes agroindústrias, normalmente cana ou

gado, para se manterem na terra e conseguirem quitar a dívida. Quando não conseguem, voltam a trabalhar na cidade – principalmente as mulheres, como empregadas domésticas –, pois precisam de um retorno financeiro rápido.

Para Poker, por não conseguir um excedente comercializável, por desconfiarem de projetos coletivos vistos como fracassados e por não aceitarem a imposição de projetos coletivos por parte dos mediadores, os assentados retomam a produção individualizada, permanecendo às duras penas no assentamento.

Porém, este conjunto de motivos explica a opção pela produção individualizada, mas a discussão não se esgota. A produção individualizada também tem relação com a herança rural dos assentados, que constitui um novo modo de vida que mescla características dos camponeses com novas perspectivas da agricultura moderna.

Ascensão à Categoria de Produtor Rural, Produtor Familiar ou Camponês?

Pude perceber que a constituição dos assentamentos, desde o processo de ocupação até sua implantação, passa por uma série de mudanças marcadas por oscilações entre fracassos e sucessos na produção e pelos conflitos entre os grupos. A pesquisa nos mostra que a pequena empresa familiar rural tem sido mais vantajosa e obtém mais sucesso do que experiências coletivas. "Baseadas num modelo ideal e tradicional, as comunidades coletivas implicam na renúncia da propriedade privada". (PESSOA, 1999, p.103). A junção do sentimento de independência camponês com o fracasso da produção coletiva desenha um cenário para a produção individual.

Outro ponto de análise que tem relação com a origem ou herança rural das famílias que trazem algumas marcas do campesinato. Trata-se de um estudo de caso nos assentamentos de Presidente Venceslau, onde esta herança foi detectada nas famílias dos assentados marcadas pelo trabalho como arrendatários de terras.

Os textos de vários autores, cujas idéias são ora divergentes, ora convergentes, foram fundamentais para análise. Diante da diversidade e do modo de vida estabelecido no assentamento, é difícil criar uma categoria ou traçar características homogêneas. Alguns autores caracterizam o assentado como novo camponês, outros estabelecem uma nova categoria, a de produtores familiares.

A idéia deste texto não é escolher uma categoria de análise pura e simplesmente para enquadrar o assentado, mas, sim, discutir se a questão da herança rural culmina na reinvenção do campesinato e sua relação com a produção individualizada, ou se há uma outra categoria chamada de produtor familiar que nada tem a ver com o camponês. Mesmo porque, segundo Poker, há uma dificuldade em caracterizar os *camponeses sem terra* como classe social, dada a diversidade das relações sociais e econômicas, mas, se:

conseguem se organizar em movimentos sociais, não é tanto porque desenvolveram uma consciência de classe, que age homogeneizando, atenuando as divergências existentes, mas muito mais porque entre eles é possível ver que há a presença de um "modo de vida" idealizado comum, inscrito sob a forma de "utopia", que aí pode ser identificado como um projeto camponês no qual os camponeses se reconhecem e buscam a legitimidade dos movimentos". (POKER, 1994, p.51).

Diante deste comentário, podemos dizer que os assentamentos possuem algumas características do sistema econômico camponês que se encontra fundamentado dentro dos padrões de parentesco e relações afetivas. O núcleo familiar e a unidade de produção e consumo engendram outras formas de cooperação extrafamiliares. "O compadrio e a vizinhança seriam então relações derivantes ou extensões das relações estabelecidas pelo parentesco". (POKER, 1994, p.106) Este tipo de relação está presente no espaço do assentamento, inclusive se considerarmos a relação entre os *irmãos* crentes, parentesco criado independentemente da consanguinidade.

A família camponesa é uma unidade de produção e de consumo, aquela que produz para o próprio sustento, assim como escreve Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), característica que se assemelha a da família assentada. A produção nos assentamentos pode ser predominantemente para o consumo ou para comercialização, mas nunca haverá configuração pura de apenas um dos casos, à medida que o agricultor se especializa e amplia determinado produto, aumenta a escala de produção e deixam de plantar outros.

Os assentados trazem em sua trajetória o anseio pelo direito a terra, pensada como pequena propriedade privada, aquela que garanta a subsistência por meio das pequenas granjas, hortas, pomares cultivados nos quintais, e a renda por meio da produção em maior escala, o que gera um sentimento de autossuficiência e independência.

Para D'Incao e Roy, o motivo da individualização também possui relação com este sentimento de independência, ou seja, ao anseio de ascenderam à categoria de proprietário rural. "Eles não queriam depender senão deles mesmos". (D'INCAO, ROY, 1995, p.28). Segundo os autores, a autonomia é algo típico do campesinato e tem relação com sua história de camponês, pois há momentos em que o modelo de coletivização é incompatível com os fundamentos da ordem camponesa. O camponês de que estamos falando é o ex-arrendatário, parceiro ou assalariado rural que desiludidos com o trabalho urbano, ou em sua falta, buscaram o retorno à terra.

Embora hoje alguns autores tentem classificar os assentados como camponeses

ou agricultores familiares, o que está sendo levado em consideração é a herança rural destas pessoas, não considerando que haja um camponês, tradicional, mas, sim, algumas características que permitam considerá-los agricultores. Nesse sentido, vale lembrar o que Simonetti (1999) escreve a respeito dos trabalhadores de origem rural. Segundo a autora, estes possuem dificuldade de se organizarem coletivamente, pois têm dificuldades de se sujeitar ao controle de outras pessoas e principalmente do *relógio*, sendo que os trabalhadores de origem urbana são mais suscetíveis à produção operária subordinada em função do capital.

Pessoa, em seu livro *A Revanche Camponesa*, expõe a necessidade de uma nova concepção de camponês frente ao que ele chama de modernização conservadora. Não diferente do que pensa Poker, Pessoa diz que é necessário o conceito de um novo camponês, ou seja, não tradicional, mas que remete a práticas semelhantes dos camponeses do passado. Baseia-se nos estudos de Woortman, *Com parente não se negoceia*, para afirmar que o camponês é um *homo moralis*, pois não vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade.

Outros dois autores divergem quanto à existência de um *novo camponês*, e falam em produtor familiar: Luiz Carlos Mior e Ricardo Abramovay. Estes compartilham da idéia de Martins a respeito da necessidade de integração do assentado no mercado moderno. Mior vai além, criando o conceito de ator-rede em que a produção é individual familiar, no entanto as localidades seriam uma soma da energia social resultante da aglomeração individual, uma maneira de contemplar o individual e o coletivo. (MIOR, 2005, p.34).

Para Mior, a família é indivíduo, uma personificação do familiarístico e do comunitário, construída em torno do trabalho e da ética do trabalho e não em torno apenas da terra.

O modelo de desenvolvimento rural endógeno passou a combinar o entrecruzamento entre forças externas e locais como categoria central para entender as especificidades e diversidades que levam para a configuração de um mundo rural cada vez mais diferenciado com diferentes chances de sustentabilidade. Esta passa a ser dependente das singulares condições ambientais, sociais, culturais e econômicas de uma região, que permitam abrir espaços para iniciativas locais que surjam de baixo para cima e não no sentido oposto, como era característico dos modelos exógenos. (MIOR, 2005, p.11).

Com a modernização tecnológica, a agricultura deixa de ser o complexo rural e

passa a fazer parte do processo agroindustrial.

"O conceito de agricultura familiar que será aqui adotado é o de Lamarche, segundo o qual a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho serão intimamente ligados" (MIOR, 2005, p.65).

Para ele, a agricultura sustentável não está na produção da produção, mas na produção da consciência. "Os fenômenos econômicos podem estar enraizados nas dimensões política, social, científica e cultural. E nesta perspectiva que acreditamos que a noção de redes sociais pode ser útil para estudar a construção social do mercado" (MIOR, 2005, p.198).

Nesse sentido, se os fenômenos econômicos estão enraizados nas dimensões citadas por ele, as raízes do campesinato podem aparecer como determinantes da forma de produzir do assentado, embora Abramovay enfatize o conceito de produtor familiar.

Ao contrário de Mior, Abramovay, critica a nomeação *campesinato* e valoriza a expressão *agricultor familiar*, parecendo às vezes ser contraditório quando afirma que o mesmo possui características do campesinato. Atribui à agricultura familiar uma racionalidade de organização própria que se adapta ao meio econômico e social em que se desenvolve, portanto, tem-se uma variação de comportamento e de ações entre os agricultores. Ao mesmo tempo, os ideais de cooperação e propriedade comum na terra e dos meios de produção não estão fundados na cooperação consciente e voluntária, mas nas conquistas técnicas que o capitalismo desenvolveu.

A partir daí, questiona a teoria de Marx por sua falta de estabelecimento de um conceito claro a respeito do *camponês*:

É impossível encontrar na estrutura 'd'O Capital um conceito de camponês'. Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. (ABRAMOVAY, 1998, p.35).

Abramovay diz que a teoria de Chaianov é atual, mesmo na década de 90, pois não atribuiu ao campesinato categorias que não correspondem aos seus modos de vida. O fato de o camponês lidar com os meios de produção e a terra não significa que ele tenha salário e renda da terra. "Diferente do trabalhador assalariado, o camponês é um sujeito criando sua própria existência". (ABRAMOVAY, 1998, p.59), pois o que determina o interesse do camponês não é a necessidade individual, mas, sim, o conjunto da reprodução familiar.

Não são, portanto, as características especiais da agricultura que explicam a

existência do campesinato, mas o contrário. A unidade social familiar não se move por motivações psicológicas individuais, mas por fatores de natureza econômica. Daí talvez a opção pela produção individualizada.

"A família camponesa cumpre, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas". (ABRAMOVAY, 1998, p.73).

Num primeiro momento, Abramovay (1998) cita Jerzu Tepicht, que estabelece algumas características para identificação do campesinato: unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e família; uso intensivo do trabalho familiar; natureza patriarcal da organização social. Mais adiante, Abramovay vai se opor a elas. A composição familiar é que define os limites mínimos e máximos do volume de atividade econômica dentro do que eles chamam de *unidade de exploração doméstica*. Essa força está estritamente ligada à disponibilidade dos membros capacitados da família.

Com o tempo, o conceito de família extensa se esvai, pois muitos jovens buscam empregos nas indústrias para conquistar a independência. O argumento de que o aumento da família significa fartura não é o único fator a ser analisado por Chaianov, pois o tamanho dela produz um aumento na intensificação do capital. O autor diz que as diferenças dos capitais disponíveis é que nos permitem analisar a influência do capital e não apenas o tamanho da família sobre a unidade de exploração doméstica. Realmente, se utilizarmos o conceito de família extensa para caracterizar o assentado como *camponês*, não conseguiremos sustentar o termo, pois esta é uma característica que os assentados não possuem.

Para Abramovay, com o passar dos anos, não se tem um *ethos tipicamente rural*, pois as famílias começaram a reduzir de tamanho e sofrer influências do mundo urbano, assim como afirma Chaianov (1974, apud ABRAMOVAY, 1998) ao mostrar a realidade dos filhos que buscam na cidade trabalho e melhores condições de vida.

No mesmo sentido, Mior detectou em assentamentos estudados por ele no Oeste de Santa Catarina, assim como mostram os dados dos assentamentos de Presidente Venceslau, que houve um envelhecimento e uma masculinização da população rural. Essa realidade contrasta com o projeto de agricultura familiar proposto pelo Estado, pois os filhos abandonam os lotes em busca de trabalho na cidade, e os pais continuam seus trabalhos, às vezes sem condições físicas de tocar os trabalhos da roça.

Porém, o fato de a economia agrícola estar baseada na organização da unidade de produção familiar, e não mais na família extensa, não anula as características camponesas dos assentados. Por causa da influência do mundo urbano, o *ethos* rural talvez não seja um tipo puro, porém, é um *ethos* mais próximo do rural do que do urbano.

A racionalidade econômica do camponês é baseada no equilíbrio entre trabalho e

consumo, o que caracteriza a sua agricultura como um modo de vida que não visa o *lucro*. Se a agricultura familiar é a junção dos valores de produção com o de consumo, a alimentação é um elemento básico na composição do valor da força de trabalho.

Abramovay diz que a conduta da família é, porém, explicada por fatores de natureza estritamente econômica e por códigos de conduta partilhados comunitariamente, elemento regulador da economia moral do camponês.

Ao se basear na concepção de Weber, Abramovay diz que O *trabalho familiar* torna-se um conceito econômico. Economia camponesa é aquela que liga produtores e consumidores por um código de conduta partilhado comunitariamente. A economia monetária, por um lado, resulta do cálculo objetivo do rendimento da atividade aquisitiva de cada pessoa e seu consumo; por outro lado, resulta da troca direta (por meio do dinheiro) que satisfaz as necessidades pessoais. As normas para a vida econômica da comunidade doméstica são feitas por meio de *contratos* estabelecidos por padrões de vizinhança e economia moral. Com isso, consegue-se a conservação da unidade familiar, com vistas no apoio econômico mútuo. Seria este o novo conceito de campesinato?

O equilíbrio subjetivo pode ser alcançado por meio das atividades de trocas em situações extremamente diversificadas quanto ao tamanho da família, idade dos membros, níveis de preço, e não apenas pelo conjunto de valores não decorrentes dos vínculos impessoais oferecidos pela objetividade das trocas mercantis. Para Abramovay, o modo de vida camponês está distante da racionalidade capitalista.

Talvez esta característica de o assentado tentar se integrar à agricultura altamente capitalizada negue em parte uma das características do camponês. Porém, ao realizar esta integração, privilegia-se a possibilidade da produção individual, e esta, sim, é uma característica da herança rural.

Pelo que podemos ver todos os autores acima relacionados, embora apresentem diferenças ao definir camponês, novo camponês ou agricultor familiar, convergem na idéia de que o assentado faz esforço para se integrar ao mercado em que está inserido, e que sua lógica é a da produção individual.

As características de produtores rurais da maioria dos assentados nos levam à reflexão a respeito da reinvenção do rural por meio de práticas que lembram as do campesinato no que diz respeito à agricultura familiar. Esses *novos camponeses*, ou assentados, ora desenvolvem estratégias de produção integrada à agricultura modernizada que circunda os assentamentos, ora desenvolvem uma espécie de economia moral que garante sua subsistência e sociabilidade.

A Economia Moral: Aspectos da Socialização dos Assentados e a Negação do Individualismo

A herança rural traz marcas de uma economia moral que tenta sobreviver dentro de uma lógica econômica representada pelo mercado, no caso dos assentamentos pelo agronegócio. Padrões de vizinhança e ajuda mútua, produção individualizada, configuram um padrão típico de organização do assentamento, que transcende os projetos coletivos externos impostos pelos mediadores. Adaptam-se à realidade como os nômades caipiras paulistas que seguiam à procura do melhor lugar para gerenciar e produzir, tal como escreve Cândido (2003).

Barone (1999), afirma que a reinvenção de uma cultura camponesa se expressa por meio de códigos de reconhecimento social e elementos de uma economia moral. Um ethos mais ligado ao campesinato, com outras características, mas que remeta ao trabalho em torno da família, mais do que por experiências coletivas. O novo camponês é uma construção, progressiva e cíclica, ou seja, possui algumas características, mas não remete à idéia de camponês como classe, cuja eficácia simbólica está na cumplicidade, ou podemos dizer, em valores tradicionais, que muitas vezes são interpretados como atraso.

Em seu texto *Economia moral x moral econômica*, Neves, baseando-se nos estudos de Thompson, conceitua economia moral como "uma cultura política que inclui expectativas, tradições e superstições da população sobre seu relacionamento ou envolvimento com o mercado, especialmente o de alimentos". (NEVES, 1998, p.51). Já moral econômica é o mesmo que economia de mercado, termo que se opõe ao termo economia moral, cujos princípios relacionam-se mais com as obrigações morais recíprocas do que leis inerentes e invisíveis do mercado.

O autor relata uma experiência de mutirões no Nordeste, numa região onde há maior controle dos grandes proprietários de terras, que favorece relações marcadas pela submissão. As relações, segundo o autor, são recíprocas e ao mesmo tempo desiguais, que tanto camponeses como proprietários entendiam ser obrigações das suas próprias posições. Essa relação não implica numa ausência de conflitos, muito pelo contrário, esses conflitos se desdobram através do banditismo social, como por exemplo, os cangaceiros, ora combatendo os grandes coronéis, ora se aliando a eles.

Os movimentos no Pontal estão longe de serem movimentos de cangaço, mas revelam um caráter semelhante: ora estão em conflito com os fazendeiros, ora estabelecem parceria com eles. Diante desse fato é possível traçar um paralelo a respeito do que o autor diz:

A economia moral, portanto, como expressão de uma resistência geral e plebéia aos avanços dos princípios da economia de mercado, permanece como categoria de análise cuja validade ultrapassa os limites da obra de Eduard P. Thompson e é permanentemente

atualizada pelas transformações históricas. Significa dizer que o espaço para uma interpretação moral a respeito das formas de produção da riqueza social e de seu mecanismo de distribuição - o mercado - está sempre aberto para aqueles que não se conformam aos modelos estabelecidos de injustiça social. (NEVES, 1998, p.57).

Assim como Neves, Barone se baseia no texto de Thompson para dizer que a economia moral é o conjunto de idéias tradicionais das normas e obrigações sociais de cada segmento da sociedade, que funciona como códigos que apesar de não escritos orientam esses agentes em suas condutas entre si e em relação aos demais. Esses códigos servem para que os trabalhadores se organizem em torno de uma economia moral.

Os assentados desenvolvem estratégias econômicas que compactuam com o mercado ora se unindo a ele, ora buscando outras opções de produção, buscando desenvolver estratégias para fugir das dívidas dos financiamentos bancários, enfim, aliam-se à economia de mercado, denominada por Neves: *moral econômica*.

Ambos compartilham do conceito de economia moral, mas Barone vai além, afirma que estes são códigos de reconhecimento social, ou seja, de identificação social, por isso o conceito de economia moral está diretamente ligado à lógica das sociedades tradicionais nas qual a economia está imersa nas relações sociais.

É justamente através desses códigos morais que consagram a desigualdade que o trabalhador constrói sua margem de manobra social, não apenas se conformando ao estabelecido, mas lutando por conquistar aquilo que lhe é moralmente devido. (BARONE, 1999, p.121).

Os assentados muitas vezes possuem o que chamamos de capital social, baseado nas características de organização social como confiança, normas e sistemas. "O capital social é configurado por relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco conhecido no desenvolvimento econômico". (MIOR, 2005, p.71). Os padrões identitários dos assentados revelado por suas histórias de vida demonstram as raízes históricas do campesinato, que levam à produção individualizada; falta-lhes característica da confiança, geradas por experiências coletivas fracassadas. No entanto a configuração das relações de parentesco e vizinhança promove a economia moral.

Além disso, parto também dos pressupostos de que esses trabalhadores, ao reinventarem o rural, criam um código de conduta implícito que lhes permite

participar e ao mesmo tempo resistir ao agronegócio regional, o que os faz mover pelo contrato social estabelecido entre eles, e não necessariamente por um movimento classista. Como diz Thompson, o direito de alimentar-se pode estar no epicentro das discussões.

A herança rural dos assentados de Presidente Venceslau traz marcas da agricultura tradicional do camponês ao mesmo tempo mesclada com a agroindústria altamente capitalizada. Porém as relações de vizinhança, parentesco e códigos de conduta demonstram sua sociabilidade e sua essência que não é necessariamente individualista.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). FCL - UNESP, Araraquara/SP, 2002.

_____. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias em Guariba. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, ano V, n.7, Nupedor/Unesp, p.103-123, 1999.

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 10ª Ed. São Paulo: Ed. 34 e Duas Cidades, 2003.

CHAIANOV, A.V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974.

COSTA, S.A.C. O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem-terra. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n.9, Nupedor/Uniar/CNPq, p.175-193, 2004.

D'INCAO, M.C.; ROY, G. **Nós Cidadãos**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Agrário em Questão**. São Paulo: Ed. Iglu-Fapesp, 2007.

FERNANDES, B.M.; RAMALHO, C.B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, p.239-254, 2001.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. **Assentamentos Rurais e Poder Local**: os rumos da descentralização da reforma agrária. Araraquara/SP: Mimeo, 2002.

FERRANTE, V.L.S.B. Itinerário de pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n.7, Nupedor/Unesp, p.11-60, 1999.

_____. As canas nos assentamentos: os nós desta polêmica. III jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2007, Feagri/Unicamp, Campinas. In: **Anais...**, Campinas, 2007.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; MACIEL, M.C. Associativismo como estratégia de ressocialização e gestão dos assentamentos rurais em São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n.11, Nupedor/Uniará, p.45-69, 2008.

GRAZIANO da SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: IE/ UNICAMP, 1999.

LEITE, J.F. **A Ocupação no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

LÊNIN, V.I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOPES, D.L. Diário de Campo: o registro da reconstrução. In: WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau - SP: Ed. Letras à Margem, 2002. p.135-142.

MACIEL, M. Igrejas e Assentamentos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n.7, Nupedor/Unesp, p.125-142, 1999.

_____. As guardiãs da religião. In: **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/

SP, n.9, Nupedor/Uniara/CNPq, p. 167 - 173, 2004.

MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

_____. **Sujeito Oculto**. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L.S. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: UNRISD e Ed. Universidade Rural, 2002.

MELO, E.J. **Questão Ambiental, Reforma Agrária e Luta pela Terra: ocupação irregular da fazenda florestal lagoinha e os assentamentos de Presidente Epitácio**. 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia). FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2007.

MIOR, L.C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Ed. Argos, 2005.

MOURA, J.A. **A luta pela terra sob o olhar dos que lutam pela terra: movimento e representações sociais no Pontal do Paranapanema**. 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia). FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2005.

NEVES, F. de C. **Economia Moral X Moral Econômica**, n.16, p.39-57. PUC-SP, Fevereiro de 1998.

OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro. Dossiê desenvolvimento rural. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, p.185-286, 2001.

PESSOA, J. de M. **A Revanche Camponesa**. Goiânia: Editora UFG, 1999.

POKER, J.G.A.B. **A Prática da Vida e os Desencontros da Libertação**.

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, n. 12, 2009

1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

PRADO JR., C. **A Questão Agrária**. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

QUEIROZ, M.I.P. **O Campesinato Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 1973.

SIMONETTI, M.C.L. **A Longa Caminhada** - a (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

WEBER, M. Tipos de relação comunitária e de relação associativa em seus aspectos econômicos. In: WEBER, M. **Economia e Sociedade**. v.01. Brasília: Editora UnB, 2004.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/SP: Ed. Letras à Margem, 2002.